



INDICE

página

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social de 2015; .	2
2. Proposta da Administração para destinação do resultado;	2
3. Eleição de membros do Conselho de Administração;.....	2
4. Eleição de membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes;	3
5. Fixação da remuneração dos membros da Diretoria e dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;	3

Proposta da Administração da TELEBRAS que será submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 26/04/2017, nos termos da Instrução CVM nº 481/09

Senhores Acionistas,

A Administração da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS vem apresentar aos seus acionistas sua proposta sobre as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia **26/04/2017**:

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social de 2016;

A Administração da TELEBRAS propõe que os Acionistas analisem e aprovem as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016, bem como, após a devida análise, aprovem as matérias contidas nos documentos aprovados em 09.03.2017 pelo Conselho de Administração. Os referidos documentos, juntamente com o parecer dos auditores independentes, as Demonstrações Financeiras Padronizadas (“DFP”) e os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da TELEBRAS, encontram-se disponíveis no site da TELEBRAS e no site da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos da Instrução CVM nº 481/09.

2. Proposta da Administração para destinação do resultado;

A Administração da TELEBRAS propõe que seja aprovada a destinação para o resultado do exercício encerrado em 31/12/2016, nos termos constantes dos documentos anexos a esta proposta.

3. Eleição de membros do Conselho de Administração;

Por indicação do Acionista Controlador, a Administração da TELEBRAS apresenta proposta de eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2018:

Nome	Representação
Maximiliano Salvadori Martinhão	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações-MCTIC
André Borges Müller	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, MCTIC
Renato Rodrigues Vieira	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
Hélio Marcos Machado Graciosa	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC Conselheiro Independente.
Antonio Klinger Loss Leite	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. MCTIC

* O presidente da Telebrás é membro nato do Conselho de Administração.

Na mesma Assembleia Geral Ordinária também deverão ser eleitos, em eleição em separado, sem a participação do acionista majoritário, um representante dos minoritários ordinaristas e um representante dos preferencialistas, bem como já será conhecido o representante eleito pelos empregados da Companhia, totalizando 8 membros, com um prazo de gestão até a AGO de 2018.

4. Eleição de membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes;

Por indicação do Acionista Controlador, a Administração da TELEBRAS apresenta proposta de eleição dos seguintes membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2017:

Efetivo	Suplente	Representação
Carlos Roberto Fortner	Claudio José Trinchão Santos	MCTIC
Engels Augusto Moniz	Paulo Roberto Pertusi	MCTIC
Márcia Ribeiro Abreu	Tiago Sbardelotto	Ministério da Fazenda (Secretaria do Tesouro Nacional)

Na mesma Assembleia Geral Ordinária também deverão ser eleitos, em votação em separado, sem a participação do acionista majoritário, um representante dos minoritários e um representante dos preferencialistas, com seus respectivos suplentes.

5. Fixação da remuneração dos membros da Diretoria e dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;

A Administração da TELEBRAS propõe verba global anual (i) para o Conselho de Administração, no valor de até R\$ 469.388,60; (ii) para o Conselho Fiscal, no valor de até R\$ 293.367,87; e (iii) para a Diretoria, no valor de até R\$ 4.097.665,70, perfazendo um total global anual de R\$ 4.860.422,17.

O Edital de Convocação, que coloca à disposição a documentação relativa ao item 5 da ordem do dia da AGO, foi publicado na forma da lei e encontra-se disponível na Internet no site: www.telebras.com.br.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

1.a Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Parecer do Conselho Fiscal, Relativos ao Exercício de 2015 - Comentários da Administração – Item 10 da Instrução CVM 481/09

Senhores Acionistas,

O Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2015, encontram-se disponíveis na Assessoria de Relacionamento com o Mercado (Setor Comercial Sul – Quadra 09 – Bloco B – Edifício Parque Cidade Corporate - Torre B – 3º andar – Brasília – DF), no site da TELEBRAS no endereço www.telebras.com.br e nos da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e CVM (www.cvm.gov.br).=

A seguir, os Comentários da Administração, relativos ao item 10 do Formulário de Referência, anexo da Instrução CVM 480/09, em atendimento ao art. 9, inciso III da Instrução CVM 481/09

10. Comentários dos Diretores sobre

10.1. a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Estrutura Patrimonial da Companhia está expressa nas principais rubricas das suas demonstrações financeiras, no seu relatório de administração e nas seguintes considerações:

Na avaliação da Diretoria, o desempenho geral da Telebras em 2016 atendeu satisfatoriamente às expectativas, apesar de o Resultado Operacional ter-se apresentado negativo na ordem de R\$ 270.883 mil contra R\$ 235.633 mil em 2015.

O ano de 2016 encerrou com 214 clientes faturados (Provedores/Parceiros, Entidades Governamentais, Forças Armadas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mistas). A banda ativada fechou o ano de 2016 com 191.625 Mbps, um crescimento de 94,4% (98.553 Mbps em 2015). Isso representou um acréscimo na Receita Operacional Líquida de 24,3% na comparação entre o exercício de 2016 (R\$ 56,0 milhões contra R\$ 42,0 milhões em 2015). As solicitações de aumento de banda por parte dos clientes demonstram a qualidade dos serviços prestados pela Telebras, aumentando a média de receita por contrato firmado e consolidando a relação entre a Telebras e seus clientes.

No entanto, todas as ações e investimentos impactaram significativamente nos resultados da Companhia, com reflexos nos indicadores da sua Estrutura Patrimonial.

Segue quadro com os principais números relativos ao Ativo e a Passivo Total: assim detalhados.

R\$ mil	Exercícios Findos em:							
	2014		2015			2016		
		AV%	Valor	AV%	AH%	Valor	AV%	AH%
Rubricas								
Ativo Circulante	371.078	20,0%	423.053	17,0%	14,0%	442.716	14,0%	4,6%
Ativo Não Circulante	1.462.464	80,0%	2.131.476	83,0%	45,7%	2.617.212	86,0%	22,8%
Realizável a Longo Prazo	180.319	10,0%	205.800	8,0%	14,1%	274.520	9,0%	33,4%
Investimentos	24.567	1,0%	55.231	2,0%	124,8%	48.376	2,0%	-12,4%
Imobilizado	1.240.145	68,0%	1.850.122	72,0%	49,2%	2.275.655	74,0%	23,0%
Intangível	17.433	1,0%	20.323	1,0%	16,6%	18.661	1,0%	-8,2%
Ativo Total	1.833.542	100,0%	2.554.529	100,0%	39,3%	3.059.928	100,0%	19,8%
Passivo Circulante	360.360	20,0%	321.781	13,0%	-10,7%	97.490	3,0%	-69,7%
Passivo Não Circulante	1.471.336	80,0%	2.451.508	96,0%	66,6%	3.462.541	113,0%	41,2%
Passivo Exigível	1.831.696	100,0%	2.773.289	109,0%	51,4%	3.560.031	116,0%	28,4%
Patrimônio Líquido	1.846	0,0%	(218.760)	-9,0%	-11950,5%	(500.103)	-16,0%	128,6%
Passivo Total	1.833.542	100,0%	2.554.529	100,0%	39,3%	3.059.928	100,0%	19,8%

AV% – Análise Vertical

AH% – Análise Horizontal

Ativo Circulante e Ativo Não Circulante - Os itens do Ativo Não Circulante apresentaram evolução da ordem de 22,8% em relação ao exercício de 2015, já o Ativo Circulante apresentou crescimento de 4,6% no mesmo período.

Imobilizado - A evolução do Imobilizado, 23,0% de 2015 para 2016 é explicado pelos investimentos realizados pela Telebras no valor de R\$ 319,5 milhões (R\$ 596,5 milhões em 2015) no decorrer de 2016. Deste total, R\$ 267,5 milhões (83,7%) foram destinados ao projeto SGDC (R\$559,2 milhões em 2015 – (93,7%)).

Ativo Total - Crescimento da ordem de 19,8% em relação a 2015. Tal situação decorre basicamente da entrada de novos recursos do Acionista Controlador aplicados no imobilizado.

Passivo Circulante e Passivo Não Circulante - O Passivo Circulante apresentou queda de 69,7% no período, em decorrência principalmente da redução na Conta Fornecedores, que apresentou queda de 85,6% em relação a 2015. Já o Passivo Não Circulante apresentou um aumento de 41,2% por conta basicamente da obrigação da Companhia para com o Acionista Controlador (AFAC – adiantamento para futuro aumento de capital), obrigação que será convertida em futuro aumento de capital.

Passivo Exigível e Ativo Total - Quando se toma os dados relativos ao Passivo Exigível e do Ativo Total, observa-se que o grau de endividamento em 31/12/2016 é de 116,4%, enquanto que no exercício findo em 2015 essa taxa era de 108,6%.

Patrimônio Líquido - A redução do Patrimônio Líquido em relação ao exercício anterior decorre principalmente do prejuízo apurado neste ano, que foi de R\$ 270.8 milhões.

10.1. b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

(i) hipóteses de resgate:

Não há hipótese de resgate das ações representativas do capital social.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

Como não houve hipótese de resgate das ações, não há o que se informar a respeito.

10.1. c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

O volume de recursos alocados no item Caixa e Equivalentes (Índice de Liquidez Imediata) corresponde a 290,0% (78,3% em 2015) do que é necessário para a cobertura

dos compromissos assumidos de curtíssimo prazo.

O índice de liquidez corrente apresentado foi de 4,24 (1,21 em 2015)- isto é - para cada R\$ 1,00 de compromissos de curto prazo, a empresa possui R\$ 4,24 de ativos de curto prazo para honrar as obrigações também de curto prazo.

O índice de liquidez geral foi de 0,84 (0,56 em 2015) - ou seja - para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto e longo prazos, a empresa possui apenas R\$ 0,84 de recursos de curto e longo prazos, para honrar essas obrigações.

O índice de endividamento foi de 0,26 (0,41 em 2015) – isto é – a empresa financia 34% (41% em 2015) dos ativos com capitais de terceiros.

A composição do capital de terceiros mostra que 11,9% da dívida são de curto prazo e 88,1% são dívida de longo prazo, portanto, demonstrando boa estrutura do endividamento.

Ressalta-se, que para o cálculo dos indicadores apresentados acima os valores do adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 2.233,6 milhões, e das receitas recebidas antecipadamente no montante de R\$ 508,4 milhões foram reclassificadas e consideradas como patrimônio líquido.

10.1. d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

A exemplo de anos anteriores, como fonte de financiamento de seu capital de giro, bem como para os seus investimentos, no exercício de 2016, a Telebras contou com recursos transferidos pelo Acionista Controlador (União) para futuro aumento de capital, bem como de recursos oriundos de receita própria.

10.1. e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A Empresa já conta com recursos aplicados no mercado financeiro, que garantem parte da cobertura dos investimentos compromissados. Será necessário (i) ou captar mais recursos para financiamento ou (ii) aporte de capital do Acionista Controlador.

10.1. f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i). contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia contrato de financiamento junto a FINEP – Inovação e Pesquisa–, no valor de R\$ 240 milhões, para aplicação no Projeto SGCD – Sistema Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica, dos quais R\$ 103.363 mil ingressaram na conta da Companhia em 2014 e R\$ 136.043 mil em 2015. Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial pro rata tempore (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do spread 3% (três por cento) ao ano. O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15/12/2017 e a última em 15/12/2024.

(ii). outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há nenhum outro recurso recebido por empréstimo de qualquer instituição financeira.

(iii). grau de subordinação entre as dívidas

Vide quadro do item “f”.

(iv). eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Limites de endividamento: Estatutariamente, vencidas as regras de governança, não há restrições para o endividamento da Companhia, contudo o orçamento aprovado pelo Acionista Controlador impõe limites para a hipótese de captação de recursos junto ao mercado financeiro, que deve seguir as regras estabelecidas no orçamento das empresas estatais. (aspectos contábeis).

Os índices de endividamento são 0,26 (2016), 0,41 (2015). Com esses índices pode-se verificar que o endividamento da TELEBRAS apresentou uma redução considerável, que é explicada principalmente pela redução da rubrica de fornecedores (R\$ 40,1 milhões em 2015 contra R\$ 278,4 milhões em 2015).

Ressalta-se, que para o cálculo índice acima os valores do adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 2.233,6 milhões, e das receitas recebidas antecipadamente no montante de R\$ 508,4 milhões foram reclassificadas e consideradas como patrimônio líquido.

Distribuição de Dividendos: A Telebras segue o estabelecido no seu Estatuto Social, qual seja, a distribuição a título de dividendos a partir do resultado positivo do exercício somente será possível após o abatimento dos prejuízos e provisões para imposto de renda e a constituição da reserva legal. Primeiramente, são atribuídos os dividendos às ações preferenciais. Em seguida, são atribuídos às ações ordinárias, na proporção das ações emitidas. Se ainda houver saldos remanescentes que permitam distribuições, são atribuídos aos acionistas ordinários e preferencialistas em igualdade de condições. Em função do que dispõe o Art. 55 do seu Estatuto Social, diante do resultado apurado no exercício de 2016, não há dividendos a serem distribuídos, tampouco lucro para abater prejuízos acumulados.

Alienação de ativos: Exceto as legais, não há restrições impostas, embora não tenha havido alienação de ativos no exercício de 2016.

Emissão de novos valores mobiliários: A Companhia segue as determinações do seu Estatuto Social, em seus artigos 8º, 9º e 10º, e orientações da União, que estabelecem os limites dessa forma de captação de recursos junto ao mercado de capitais, desde que consignada no orçamento anual da Companhia e aprovado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST. Em 2016, não houve emissão de novos valores mobiliários.

Alienação de Controle Acionário: O Estatuto Social da Companhia não prevê esta modalidade, contudo a alienação, tal como ocorre com as alienações de ativos, deve ser alvo de oferta pública ao mercado, após aprovação pelo Acionista Controlador e pela Assembleia Geral.

10.1. g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados:

O uso dos recursos provenientes do financiamento já contratado é exclusivo para o projeto SGDC, objeto do respectivo contrato (programa estratégico de inovação - PEI).

10.1. h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Alterações informadas nos itens 10.1 “a” e 10.1. “f”.

10.2. Resultado operacional e financeiro

10.2. a. Resultados das operações da Companhia

Receita operacional líquida

Em 2016, a Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 56,0 milhões, um crescimento de 24,3% em relação a 2015 (R\$ 45,0 milhões). Este fato está diretamente ligado a elevação do número de clientes faturados (Provedores e Entidades Governamentais) – (282 clientes 173 clientes em 2015), crescimento de 63,0%. Com relação à quantidade de Mbps faturado, houve um crescimento de 94,4%, atingindo ao final de 2016, 191.625 Mbps (98.553 Mbps em 2015).

R\$ mil	2016	2015	Δ Ano
Serviços de Comunicação Multimídia	74.486	55.106	35,2%
Aluguéis e Locações	7.003	7.732	-9,4%
Receita Operacional Bruta	81.489	62.838	29,7%
Deduções da Receita Operacional Bruta	(25.435)	(17.746)	43,3%
Receita Operacional Líquida	56.054	45.092	24,3%

Custos e despesas operacionais (exceto depreciação e amortização)

R\$ mil	2016	2015	Δ Ano
Pessoal	(70.807)	(50.743)	39,5%
Serviços de Terceiros	(64.815)	(59.046)	9,8%
Alugueis e Locações	(48.409)	(46.175)	4,8%
Meios de Conexão	(9.146)	(7.473)	22,4%
Tributos	(1.607)	(1.067)	50,6%
Materiais	(136)	(174)	-21,8%
Outras	(266)	(767)	-65,3%
Total	(195.186)	(165.445)	18,0%

Em 2016, os Custos e Despesas Operacionais atingiram R\$ 195.2 milhões, R\$ 29,7 milhões (18,0%) superior aos gerados em 2015 (R\$ 165,4 milhões).

As principais ocorrências no período referente aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

Pessoal: Em 2016, houve crescimento de 39,5% na comparação entre 2016 (R\$ 70,8 milhões) e 2015 (R\$ 50,7 milhões). Os eventos que contribuíram para este aumento foram:

- ✓ Acordo coletivo de trabalho 2015/2016;
- ✓ Concessão de progressão horizontal por mérito aos Colaboradores;
- ✓ Baixa para resultado da provisão do Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP no valor de R\$ 3,1 milhões; e
- ✓ Crescimento do quadro de Colaboradores em exercício na Companhia.

Serviços de Terceiros: No final de 2016, os custos e despesas com Serviços de Terceiros atingiram R\$ 64,8 milhões, acréscimo de R\$ 5,8 milhões quando comparado com o mesmo período do ano anterior (R\$ 59,0 milhões). Do total dos custos e despesas operacionais com serviços de terceiros, o

que apresentou maior participação foi o custo de manutenção de planta, que em 2016 somou R\$ 27,8 milhões (R\$ 26,7 milhões em 2015).

Aluguéis e Locações: Apresentou variação de 4,8% (R\$ 48,4 milhões em 2016 - R\$ 46,1 milhões em 2015). Deste total, o principal custo é o compartilhamento de infraestrutura que totalizou R\$ 39,7 milhões em 2016 e R\$ 37,4 milhões em 2015, variação de 6,0%.

Meios de Conexão: Em 2016, os custos com meios de conexão totalizaram R\$ 9,1 milhões, um aumento de 21,3% relação a 2015 (R\$ 7,5 milhões). A variação é justificada principalmente pelos custos de cessão de meios para integração das redes de telecomunicações da Telebras e Eletronorte.

Depreciação e amortização

R\$ mil	2016	2015	Δ Ano
Depreciação e Amortização	(49.311)	(64.556)	-23,6%

A redução de 23,6% (R\$ 15,2 milhões), na comparação entre 2016 e 2015 (R\$ 49,3 milhões e R\$ 64,6 milhões, respectivamente) ocorreu devido à revisão da vida útil econômica dos ativos da Telebras realizada no 4T16.

Resultado financeiro

R\$ mil	2016	2015	Δ Ano
Receitas Financeiras			
Juros sobre Disponibilidades	8.974	13.026	-31,1%
Juros sobre Depósitos Judiciais	2.486	3.144	-20,9%
Outras Receitas Financeiras	717	354	102,5%
Tributos sobre Receitas Financeiras	(1.377)	-	n/d
Total	10.800	16.524	-34,6%
Despesas Financeiras			
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções	(51.194)	(42.203)	21,3%
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(23.686)	(24.209)	-2,2%
Juros sobre Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(6.419)	(9.863)	-34,9%
VM Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(5.127)	(8.476)	-39,5%
Outras Despesas Financeiras	(1.272)	(36)	3433,3%
Total	(87.698)	(84.787)	3,4%
Variação Cambial, Líquida	(1)	59	-101,7%
Resultado Financeiro	(76.899)	(68.204)	n/d

Na comparação entre os anos de 2016 e 2015, o resultado negativo teve um incremento de R\$ 8,6 milhões, passando de R\$ 68,2 milhões em 2015 para R\$ 76,9 milhões em 2016. Os principais elementos que contribuíram para estas variações foram: Juros sobre Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (R\$ 51,2 milhões em 2016 contra R\$ R\$ 42,2 milhões em 2015), Juros e Variação Monetária sobre Acordos Judiciais (R\$ 23,4 milhões em 2016 - R\$ 24,2 milhões em 2015). Estes itens de despesas financeiras foram parcialmente amortizados pelos Juros sobre as Disponibilidades, que totalizaram R\$ 8,9 milhões em 2016 (R\$ 13,0 milhões em 2015).

Prejuízo do Exercício

Em 2016, o Prejuízo do Exercício foi de R\$ 270,8 milhões (R\$ 235,6 milhões em 2015) acréscimo de 15,0% na comparação com o ano de 2015. O prejuízo é explicado pela elevação dos Custos e Despesas Operacionais em 18,0%, bem como pelo resultado financeiro negativo que evoluiu em

12,7%. Este aumento do Prejuízo foi parcialmente compensado pelo crescimento de Receita Operacional Líquida em 24,1% e pela redução dos Custos e Despesas com Depreciação e Amortização em 23,6% devido a revisão da vida útil econômica dos ativos.

10.2. b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Não se verificaram essas variações no exercício.

10.2. c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

No que diz respeito ao resultado operacional, os contratos de fornecimento de insumos, bem como o de prestação de serviços são reajustados por indexadores oficiais, recompondo eventuais perdas inflacionárias.

Os efeitos da taxa de juros, da inflação e dos adiantamentos para futuro aumento de capital do Acionista Controlador, estes por serem atualizados pela taxa SELIC, contribuem negativamente para o resultado financeiro.

No caso dos adiantamentos para futuro aumento de capital do Acionista Controlador, a atualização monetária da parte dos recursos destinados a construção de ativos (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação) está sendo capitalizada.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras - Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

10.3. a. Introdução ou alienação de segmento operacional

No exercício de 2016, não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

10.3. b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício de 2016, houve aportes para aumento de capital na coligada da Cabos Brasil Europa S.A., a qual, a Companhia tem participação de 35% do seu Capital Social. O montante destinado para aumento de capital no ano de 2016 foi de R\$ 2,4 milhões.

10.3. c. Eventos ou operações não usuais

Em 2016, não houve a realização de operações não usuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4. a. Mudanças significativas nas práticas contábeis 2016, 2015 e 2014.

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas em 2016 em relação a 2015, tampouco em relação a 2014.

10.4. b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis, 2016, 2015 e 2014.

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas em 2016 em relação a 2015, tampouco em relação a 2014.

10.4. c. Ressalvas a ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2016:

Ênfases

Tributos a Recuperar

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 07, a Companhia mantém registrado na rubrica Tributos a Recuperar, no ativo circulante e não circulante o montante de R\$ 252.134 mil. Esse valor decorre de impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização ocorrerá pela geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Ainda conforme mencionado na Nota Explicativa nº 07, do montante dos Tributos a Recuperar, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 135.549 mil. Referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A, de 08 de abril de 2011. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Investimentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3, em reunião realizada em 22 de março de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou proposta de incorporação da subsidiária integral Telebrás Copa S.A. A Administração submeterá a proposta à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, em data a ser estabelecida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13, a Companhia controla a subsidiária integral TELEBRAS Copa S/A. Esses investimentos são avaliados pelo valor do patrimônio líquido, sendo que as informações contábeis de 31 de dezembro de 2016 utilizadas para cálculo da equivalência patrimonial, não foram submetidas a revisão por auditores independentes. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13, a Companhia participa do capital social das coligadas Visiona Tecnologia Espacial S/A, com 49% e Cabos Brasil Europa S/A, com 35%. As demonstrações contábeis destas coligadas foram examinadas por outros auditores independentes. O relatório dos auditores relativo a Visiona Tecnologia Espacial S/A, datado de 22 de fevereiro de 2017, foi emitido contendo ênfase quanto ao fato de parte significativa dos saldos e transações da Companhia ocorrem com partes relacionadas, e, portanto, o resultado de suas operações poderia ser diferente caso essas transações fossem efetuadas com partes não relacionadas. A opinião do auditor não contém ressalva relacionada a esse assunto. O relatório dos auditores relativo a Cabos Brasil Europa S/A, datado de 22 de fevereiro de 2017, foi emitido contendo ressalvas relacionadas a: i) A Companhia revisou e alterou o procedimento de consolidação sobre a controlada CSEB Cabos Europa Brasil Lda (“CSEB”) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, passando a consolidá-la a partir de 1 de janeiro de 2016. Dessa forma, os valores correspondentes, referentes ao balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2015 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, não foram apresentados como determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil, através do pronunciamento técnico CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas. A comparabilidade entre os exercícios fica, portanto, prejudicada. ii) a Companhia não registrou, em 31 de dezembro de 2015, o resultado de equivalência patrimonial, no montante de R\$300 mil e, também, os ajustes de conversão das demonstrações financeiras de sua controlada CSEB, no montante de R\$71 mil, como determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil, através dos pronunciamentos técnicos CPC 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e CPC 02 (R2) Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, respectivamente. Dessa forma, o ativo não circulante e o patrimônio líquido da Companhia, estão demonstrados a maior em R\$371 mil, em 31 de dezembro de

2015, e o prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está a menor em R\$300 mil. A Companhia registrou os referidos valores diretamente em seu ativo não circulante e contrapartida ao seu patrimônio líquido, em 01 de janeiro de 2016, em desacordo com o CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, porém ajustando os saldos da conta de investimento e do patrimônio líquido. A Companhia optou por não reapresentar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17, a Companhia mantém registrado na rubrica “Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP”, no passivo não circulante o valor de R\$ 47.938 mil, apurado a partir da definição do universo dos Colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Recursos capitalizáveis e Patrimônio Líquido negativo

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 22, a Companhia mantém registrado na rubrica “Recursos Capitalizáveis”, saldo de R\$ 2.233.652 mil. Esse valor é decorrente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC concedido pela União, o qual vem sendo corrigido pela taxa SELIC e será utilizado em futuro aumento de capital em favor da União. No momento, a Companhia aguarda a concordância da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN para submeter o assunto a Assembleia Geral Extraordinária, e com a aprovação, dar prosseguimento nos trâmites legais para efetivar o aumento do capital social. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Fase pré-operacional de projetos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em consonância com os seus objetivos institucionais, a Companhia continua direcionando seus esforços no sentido de (i) intensificar a implantação da infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga – PNBL – Decreto 7.175/2010; e (ii) ampliar sua carteira de clientes corporativos. Projetos Especiais também estão no foco das ações da Telebras, sendo: (i) a aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (Projeto SGDC); e (ii) o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais. A conclusão dos projetos em andamento e equipamentos em aquisição e a consequente ampliação da capacidade de geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma dos projetos em andamento, bem como a obtenção dos recursos financeiros necessários, quer seja de seus acionistas ou de terceiros.

10.4. d. Ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2015:

Ênfases

Tributos a Recuperar

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, a Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS possui registrado em 31 dezembro de 2015, o montante de R\$ 154.634 mil correspondente a impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização será por pedidos de restituição entregues à Receita Federal ou geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Ressalta-se também que, conforme mencionado na referida Nota Explicativa, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 30 de março de 2013, era de R\$ 115.761 mil. O referido crédito encontra-se *sub judice* na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da

Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A de 08/04/2011. Vide informações na Nota Explicativa nº 18. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Investimentos

Conforme descrito na nota explicativa nº 10.2.a, a Telebras possui participação de 49% do capital social da Visiona Tecnologia Espacial S/A, sendo que o restante de 51% pertence a parceira, Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. Em 31 dezembro de 2015, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$ 54.311 mil após apuração da equivalência patrimonial. As Demonstrações financeiras da coligada foram auditadas por outros auditores independentes. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Ainda conforme descrito na nota explicativa nº 10.2.b, a constituição da empresa TELEBRAS – COPA S/A como subsidiária integral da TELEBRAS (sociedade de Propósito Específico para prestação de serviços nos eventos da copa das confederações de 2013 e copa do mundo de 2014), em 07 de fevereiro de 2013, com integralização inicial de seu capital no valor de R\$ 10 mil, ou seja, 10% de R\$ 100 mil do capital total. A companhia efetuou o pagamento de R\$ 90 mil, em 26/06/2013, pela integralização do restante de sua participação no capital da TELEBRAS – COPA S.A., totalizando 100% de sua participação no capital subscrito da subsidiária integral. Em 31 de dezembro de 2015 apresentava um saldo líquido no investimento de R\$ 29.244 mil, devido a ganho com equivalência patrimonial. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Programa de indenização por serviços prestados (PISP)

Desde o exercício de 2013, a partir da definição do universo dos Colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa, a Companhia mantém provisão no passivo circulante, no montante de R\$ 47.786 mil em 31 dezembro de 2015, conforme descrito na nota explicativa nº 12. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Recursos capitalizáveis e patrimônio líquido negativo

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, o saldo de R\$ 1.320.458 mil em 31 dezembro de 2015, corrigido pela taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRAS em favor da UNIÃO, o que possibilitará tornar positivo o patrimônio líquido que se encontra negativo em 31 dezembro de 2015 no montante de R\$218.760 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fase pré-operacional de projetos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e a ampliação das condições de plena operação, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A conclusão das obras em andamento e equipamentos em aquisição, e

consequente ampliação da geração de tais receitas, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como a obtenção dos recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas ou de terceiros.

Demonstrações financeiras de exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 17 de março de 2015, mas com os parágrafos de ênfases e parágrafos de outros assuntos incluídos no presente relatório.

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela Administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

10.5.a Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

10.5.b Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos.

As vidas úteis de certos ativos podem variar dependendo da região onde se encontram instalados. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

10.5.c Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade (“*impairment*”) dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado.

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Contábeis.

10.5.d Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, cíveis, fiscais, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota Explicativa 20. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, decisões recentes e premissas estatísticas, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

10.5.e Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado.

10.5.e Benefícios a pós-emprego

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria.

Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

10.6. Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor - Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

10.6. a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia adota práticas de governança corporativa com o objetivo de garantir os melhores procedimentos e controles internos de seus processos, assim como busca garantir a ampla transparência de suas atividades por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Fatos e Atos Relevantes; (ii) Relatórios Anuais; (iii) arquivamentos realizados perante a CVM e BM&FBovespa; (iv) sua página na internet; e (v) relações com investidores, assessoria de imprensa e demais canais de divulgação, com objetivo de manter um alinhamento entre os interesses dos acionistas, representados por meio do Conselho de Administração, e as responsabilidades dos membros da Diretoria Executiva.

Para garantir a evolução contínua dos controles, foi instituído um Comitê de Compliance e Integridade, que está calcado em medidas estruturantes, organizacionais e preventivas, tais como o cumprimento estrito do Planejamento Estratégico da Companhia, a realização de mapeamento e revisão dos processos e normativos internos, fortalecimento da segurança da informação, aquisição e implantação de adequadas soluções de informática, implantação de ferramentas de acompanhamento das decisões e determinações tomadas pela Diretoria Executiva, ações concretas para a melhoria da eficiência operacional nas aquisições e estrita observância às recomendações dos órgãos de controle.

Vale ressaltar neste contexto os esforços de aperfeiçoamento contínuo do Sistema de Gestão Integrada da SAP instalado na Telebras, fornecendo informações cada vez mais integradas e confiáveis. Como estas informações são contabilizadas desde sua origem, em unidades administrativas externas à unidade responsável pelas demonstrações financeiras, o sistema garante um controle iterativo que contribui pela sua eficiência.

10.6. b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os Auditores Independentes não apontaram deficiências ou recomendações.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios - Aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

10.7. a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica, já que a Companhia não promoveu ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

10.7. b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica, conforme descrito na alínea “a”.

10.7. c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica, pelo mesmo motivo descrito na alínea “a”.

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem itens relevantes detidos pela Companhia que não estejam devidamente registrados e avaliados nas demonstrações financeiras de 2016.

10.9. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.10. Plano de negócio

10.10. a. Investimento, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Dados da Execução Orçamentária – Com base no Programa de Dispêndios Globais – PDG/2016, aprovado (reprogramação) pelo Decreto nº 8.631, de 30 de dezembro de 2016:

R\$ mil	PDG	PDG	Realização
Fontes e Usos	Realizado	Aprovado	%
Fontes de Recursos	786.454	877.626	89,6%

Receita	100.692	105.103	95,8%
Recursos para Aumento de Capital	685.762	772.523	88,8%
Usos de Recursos	655.574	1.154.633	56,8%
Dispêndios Correntes	319.550	350.969	91,0%
Dispêndios Capital	336.025	803.664	41,8%

O Orçamento de Investimento – OI da TELEBRAS. Versão final aprovada pelo Decreto nº 8.931, de 14 de dezembro de 2016, elaborado com as seguintes ações, distribuição de limites e realização:

R\$ mil	OI Realizado	OI Aprovado	Realização %
Dispêndios de Capital			
12OF - PNBL	46.398	85.702	54,1%
147A - Copa e Grandes Eventos	-	237	0,0%
146Z - Satélite	267.462	679.775	39,3%
4101 - Bens Imóveis	-	216	0,0%
4102 - Bens Móveis	148	312	47,5%
4103 - Ativos de Informática	3.176	12.423	25,6%
Inversão Financeira Cabos Submarinos	2.366	25.000	9,5%
Total	319.550	803.664	39,8%

Detalhamento do Orçamento de Investimento na Ação 12OF – Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga por região:

R\$ mil	OI Realizado	OI Aprovado	Realização %
Região			
Na Região Norte	7.933	15.812	50,20%
Na Região Nordeste	6.103	12.049	50,70%
Na Região Sudeste	8.941	19.365	46,20%
Na Região Sul	3.114	5.229	59,60%
Na Região Centro-Oeste	20.307	33.246	61,10%
Total	46.398	85.702	54,10%

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos:

A Telebras conta com recursos transferidos pelo Acionista Controlador (União) para futuro aumento de capital. Como se noticiou acima, a Companhia realizou a captação de financiamento junto à FINEP – Inovação e Pesquisa –, no valor de R\$ 240 milhões, para aplicação no projeto SGCD – Sistema Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

Não há previsão de desinvestimento para o período.

10.10. b. Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da companhia.

Com a rede de telecomunicações ampliada, a Telebras pôde ofertar serviços diretamente a

456 municípios, com o que se atingiu cerca de 42% da população brasileira, equivalente a 43% de domicílios (cerca de 25 milhões de domicílios);

Com essa capacidade instalada espera-se uma ampliação considerável da base de clientes. Em 2015 o faturamento ultrapassou os R\$ 62 milhões, um incremento de 100% em relação a 2014. É importante ressaltar que o alcance atual da rede deverá necessariamente estar associado aos futuros e indispensáveis investimentos dos próximos exercícios para que se viabilize o atendimento às demandas institucionais da Companhia.

No período de 2012 a 2015, a Telebras priorizou a implantação das infraestruturas necessárias ao PNBL, previstas no Decreto nº 7.175/2010, criando uma rede nacional de fibras ópticas (Backbone), expandindo dos 1100 km ao final de 2011, para aproximadamente 25 mil km em 2015. Com um investimento de mais de R\$ 429 milhões para construção de infraestruturas de transmissão própria até o final de 2015, a Rede Nacional de Banda Larga da Telebras oferece atualmente possibilidade de cobertura para prestação de serviços em 608 municípios brasileiros que englobam mais de 45% de sua população.

Ampliações e novas implantações de Estações de Backbone e de Estações de Atendimento (EA), assim como as 21 (vinte e uma) redes metropolitanas previstas para 2015, tiveram seu orçamento contingenciado pelo Governo Federal, e assim reprogramado na proposta orçamentária da LOA 2016. De qualquer forma, os trabalhos de planejamento e projetos destas infraestruturas foram executados, possibilitando-se a antecipação dos processos licitatórios que resultaram na assinatura de diversas Atas de Registro de Preço destas infraestruturas para redes ópticas e suas estações de telecomunicações. Este trabalho antecipa grande parte do ciclo aquisitivo e de implantação, possibilitando em 2016 a rápida retomada dos projetos previstos em 2015, assim que sejam liberados os recursos orçamentários propostos.

Com relação ao projeto SGDC – Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - assinado em novembro de 2013, o Contrato de Aquisição e Fornecimento, Integração, Lançamento e Operação Assistida do Sistema Satelital Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas com a Visona Tecnologia Espacial S.A. continua em pleno e regular curso. A previsão para colocar o satélite em órbita é no final de 2016, pela empresa Arianespace, a partir da base espacial na Guiana Francesa. Após um período de ajustes e de testes, o satélite começará a sua operação comercial no início de 2017. Ele ficará posicionado a uma distância de mais de 35 mil km da superfície da Terra.

Em 2015 foi concluída com sucesso uma importante fase do projeto, que é a instalação da antena TCR (Telemetria, Controle e Rastreamento) da Estação de Controle de Brasília. Esta fase, além de muito importante dentro do processo de instalação da Estação de Controle do SGDC, é um trabalho muito delicado e difícil de ser implementado por se tratar de uma antena de alto desempenho. A sua instalação necessita ser muito bem-sucedida, uma vez que os requisitos técnicos de apontamento são bastante rígidos.

Além desta instalação, foram iniciadas, na Estação de Controle de Brasília, as atividades de montagem e testes dos demais equipamentos.

No Rio de Janeiro, onde ficará a Estação de Controle secundária, estão em andamento as atividades de montagem e testes da respectiva antena TCR, conforme previsto no cronograma.

Cabe salientar que no ano de 2015 foram realizados com sucesso todos os eventos previstos no cronograma do projeto SGDC.

10.10. c. Novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela companhia no desenvolvimento de novos

produtos ou serviços e incrementos.

(i)

(II)

(III) – Projeto do SGDC-Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações.

(IV) – Montante gasto até 2016 R\$ 2.650.000.000,00 (dois bilhões seiscientos e cinquenta milhões de reais)

10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante no desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não se aplica

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS - ITEM 2

2.a. Proposta da Administração para Destinação do Resultado

Senhores Acionistas,

Em cumprimento aos dispositivos legais que rege a matéria, esta Administração propõe à Assembleia que a destinação do prejuízo líquido do exercício de 2016, no valor de R\$ 270.882.930,62 (duzentos e trinta e cinco milhões, seiscentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e um reais e sessenta e seis centavos), seja registrada na conta de Prejuízos Acumulados, para futura absorção de lucros e/ou diminuição do capital social.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em função da apuração de prejuízo no exercício de 2016, ficam prejudicados os itens 1 a 16 constantes do Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS - ITEM 3

3.a. Eleição de Membros do Conselho de Administração (Item 12.6 da Instrução CVM 480)

O acionista controlador indica os seguintes nomes para composição do Conselho de Administração:

Nome CPF	Idade Profissão	Órgão Administração Cargo eletivo a ocupar
ANDRE MÜLLER BORGES CPF 034.836.468-76	56 Advogado	Conselho de Administração Presidente do Conselho de Administração
ANTONIO KLINGER LOSS LEITE CPF 843.243.581-99	46 Advogado	Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração
MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO CPF 158.543.988-69	43 Engenheiro de Telecomunicações	Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração
RENATO RODRIGUES VIEIRA CPF 007.535.324-50	36 Procurador Federal	Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração
HÉLIO MARCOS MACHADO GRACIOSA CPF 239.045.427-53	71 Engenheiro Telecomunicações	Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração

A seguir, Anexo I com as informações relativas aos indicados para membros do Conselho de Administração, conforme os itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência (Art. 10 da Instrução CVM 481).

ANEXO I

INFORMAÇÕES SOBRE OS MEMBROS INDICADOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CURRÍCULOS - Item 12.8 da Instrução CVM 480

1. ANDRE MÜLLER BORGES

2. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

Secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações-MCTIC. É Membro do Conselho de Administração da TELEBRAS. Nasceu em 1971, em Campinas/SP. É Engenheiro de Telecomunicações formado pelo Instituto Nacional de Telecomunicações – INATEL, de Santa Rita do Sapucaí – MG, Mestre em Gerência de Telecomunicações pela Universidade de Strathclyde no Reino Unido. Advogado formado no Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB. Exerceu, antes de chegar ao Ministério, o cargo de Gerente Geral de Certificação e Engenharia do Espectro da ANATEL, tendo ocupado outras posições Gerenciais e de Assessoria na Agência. Atuou como Engenheiro de Planejamento do Sistema TELEBRAS. Foi representante da Administração Brasileira em diversos fóruns nacionais e internacionais de telecomunicações. Titular de cargo efetivo de Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações desde 2005.

3. ANTONIO KLINGER LOSS LEITE

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Pelotas, Pós-graduação em Planejamento Estratégico pela Escola Superior de Guerra em Goiânia, Pós-graduação em Desenvolvimento Gerencial pela Universidade Federal de Santa Catarina em Florianópolis, Pós-MBA em Negociação pela Fundação Getúlio Vargas de Porto Alegre/RS e Mestrado em Administração pela Faculdade Alfa Brasil em Goiânia, com mais de vinte e oito anos de experiência profissional, atuando como Gerente de Operações AM/GO/RS, PMO – Fusão & Aquisição-SP e Diretor de Operações – RS da NET SA, Diretor Regional de Operações-PE da Oi Telemar SA, Diretor Executivo da Via Sat, CTO-SP da Nextel Telecomunicações e desde agosto de 2016 como presidente da Telebras.

4. RENATO RODRIGUES VIEIRA

Cargo Efetivo Atual: Procurador Federal, Data da Posse: 09/10/2006, Subprocurador-Regional Federal da 1ª Região: 2008 a 2010, Procurador-Regional Federal da 5ª Região: 2010 a 2013, Subprocurador-Geral Federal: 2013 a 2015, Procurador-Geral Federal: 2015 – 2016, Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República: 2016 – cargo atual, Consultoria e Assessoramento Jurídicos de entidades do Poder Executivo Federal; Representação Judicial e Extrajudicial de entidades do Poder Executivo Federal; Dívida Ativa e Recuperação de Créditos; Gestão Pública e Corporativa: Administração da Procuradoria-Geral Federal e da Carreira de Procurador Federal (4.363 Procuradores Federais); Competência Disciplinar; Planejamento e Gestão; Gestão Estratégica. Atuação Jurídica para viabilização de grandes projetos do Poder Público, Usinas Hidrelétricas e outros empreendimentos estruturantes na área de minas e energia; Questões Regulatórias: royalties, concessões de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos; Grandes Eventos: Copa do Mundo, Olimpíadas, Enem e Leilões; Questões Sociais: Reforma Agrária, Meio Ambiente, Povos Indígenas, Populações Tradicionais; Coordenação de contencioso judicial de massa e de atuação judicial prioritária e estratégica.

5. HÉLIO MARCOS MACHADO GRACIOSA

Brasileiro, nascido em 09 de novembro de 1946, Engenheiro de Telecomunicações (1970) e Mestre em Ciências em Engenharia Elétrica (1972) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC. Graduado no curso de Conselheiro de Administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2008). Foi Professor da PUC/RJ e da Universidade Gama Filho. Trabalhou no Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás de 1973 a 1976 e no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD) da TELEBRÁS desde sua criação, em 1976, tendo atuado nas áreas de transmissão digital, comunicações ópticas, microeletrônica, planejamento tecnológico e planejamento estratégico. Foi Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento das Telecomunicações Brasileiras S/A – TELEBRÁS de fev/1995 a jul/1998. Foi Presidente do CPqD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (1998 a 2015) e Presidente do CPqD Technologies & Systems Inc., em Fort

Lauderdale (2000 a 2015). Durante a sua gestão o CPqD criou várias startups de base tecnológica nas áreas de NGN, sistemas ópticos, fotônica integrada, serviços de encontro de contas em telecomunicações, sensores ópticos, serviços de prevenção a fraudes. Possui diversos trabalhos publicados no Brasil e no exterior. Participou em diversas bancas de tese de mestrado, como também apresentou diversos trabalhos em seminários nacionais e internacionais. Foi por diversas vezes Patrono de turmas de cursos de Administração e Engenharia de várias universidades. Foi durante 4 anos (1990-1994), Presidente da Sociedade Brasileira de Telecomunicações (SBrT) . Atualmente é Sócio Emérito da SBrT. Foi Presidente do Conselho de Administração da TELESC , da TELEBAHIA, da PADTEC, da TRÓPICO e membro dos Conselhos da TELERGIPE, CLEARTECH, da TELEBRASIL e da ALGAR, onde também foi membro do Comitê de Governança Corporativa. Foi Diretor da TELEBRASIL , Presidente do Conselho Deliberativo da SISTEL e membro do Conselho Curador da Fundação Fórum Campinas. Vencedor do Prêmio "Personalidade do Ano de 2000" na Área de Telecomunicações, organizado pela Advanstar e RNT. Atualmente é membro do Conselho Superior de Inovação e Competitividade (CONIC) da FIESP, Diretor da Divisão de Telecomunicações da FIESP, Coordenador de Área de Pesquisa para Inovação da FAPESP e Mentor de Startups.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS - ITEM 4

4.a. Eleição de Membros do Conselho Fiscal e respectivos Suplentes (Item 12.6 da Instrução CVM 480)

O Acionista Controlador indica os seguintes nomes para composição do Conselho Fiscal:

Nome CPF	Idade Profissão	Órgão Administração Cargo eletivo a ocupar
Carlos Roberto Fortner	46 Engenheiro Civil	Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Efetivo) Indicado p/Controlador - MCTIC
Engels Augusto Moniz	50 Advogado	Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Efetivo) Indicado p/Controlador - MCTIC
Paulo Roberto Pertusi	63 Oficial Aviador	Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Suplente) Indicado p/Controlador - MCTIC
Márcia Ribeiro Abreu	49 Economista	Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Efetivo) Indicado p/Controlador - Min. Fazenda
Tiago Sbardelotto	34 Economista	Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Suplente) Indicado p/Controlador - Min. Fazenda

A seguir, Anexo II com as informações relativas aos indicados para membros do Fiscal e respectivos suplentes, conforme os itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência (Art. 10 da Instrução CVM 481).

Brasília, 22 de março de 2017

ANTONIO KLINGER LOSS LEITE
Presidente e Diretor de Relações com Investidores

ANEXO II

INFORMAÇÕES SOBRE OS MEMBROS INDICADOS PARA O CONSELHO FISCAL - Item 12.8 da Instrução CVM 480

- 1. Carlos Roberto Fortner**
- 2. Engels Augusto Moniz**
- 3. Paulo Roberto Pertusi**
- 4. Márcia Ribeiro Abreu**

É membro efetivo do Conselho Fiscal da TELEBRAS. Márcia Ribeiro Abreu - Economista pela Univ. Federal de Viçosa, MBA em Administração Financeira e Mercado de Capitais e MBA em Gestão Financeira Controladoria e Auditoria pela FGV. Ingressou na Secretaria do Tesouro Nacional em dez/2003, atualmente é Gerente de Projeto na Coordenação-Geral de Participação Societárias - COPAR. Participação no Conselho Fiscal da ABDI de 2005 a 2007. Membro suplente no Conselho Fiscal da CGTEE, de 2008 a 2009. Membro do Conselho Fiscal da CODEBAR, de 2007 a 2010. Membro do Conselho Fiscal da Breitener Energética S/A, de 2010 a 2012. Representante do Ministério da Fazenda na Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão do Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, de 2006 até hoje.

5. Tiago Sbardelotto

Indicado para ser membro suplente do Conselho Fiscal da Telebras. Tiago Sbardelotto, brasileiro, 34 anos. **Experiência:** Atualmente é Gerente de Projetos na Gerência de Análise Econômica e Cenários - GEPEC/COGEP do Tesouro Nacional. De 10/05/2013 a 17/03/2014 – Anatel - Coordenador Técnico – responsável pelo acompanhamento econômico-financeiro e elaboração e validação de modelo de custos para tarifas de telecomunicações; de 25/10/2010 a 10/05/2013 – Anatel - Gerente Operacional Substituto – responsável por Regular e Planejar uso de Recursos de Numeração; de 30/03/2005 a 25/10/2010 – Anatel - Especialista em Regulação – atuando na área de Interconexão – responsável por análise de condutas anti-competitivas relacionadas à interconexão.

Cursos:

Mês/Ano de Conclusão 05/2011

Curso Regulação Econômica e Defesa da Concorrência em Telecomunicações

Instituição Fundação Universidade de Brasília

Carga Horária 40 h

Mês/Ano de Conclusão 10/2011

Curso Elaboração e Gerenciamento de Projetos

Instituição ENAP

Carga Horária 40h

Mês/Ano de Conclusão 09/2012

Curso Economia da Regulação

Instituição ENAP

Carga Horária 24h

Mês/Ano de Conclusão 11/2014

Curso Diagnóstico Macroeconômico

Instituição FMI

Carga Horária 40h

Mês/Ano de Conclusão 07/2015

Curso MFx: Macroeconomic Forecasting

Instituição FMI/edX
Carga Horária 60h

Mês/Ano de Conclusão 10/2014
Curso Análise de Empresas Estatais – Módulo I
Instituição ESAF
Carga Horária 20h

Mês/Ano de Conclusão
12/2014
Curso Análise de Empresas Estatais – Módulo II
Instituição ESAF
Carga Horária 12h

Com relação aos demais itens da Instrução da CVM 480, informa-se:

12.7. Composição dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, Financeiro e de Remuneração

Não há composição de comitês.

12.8 – Composição dos Conselhos

Vide os nomes indicados acima, nos anexos I e II, relativos aos Conselheiros de Administração, Conselheiros Fiscais e Suplentes:

12.8 – b) i. ii. iii.

Em atendimento ao disposto no item 12.8.b do Formulário de referência anexo à Instrução da CVM 480/09, **todos** os indicados para eleição supracitados declararam que, para todos os fins de direito, nos últimos cinco anos não sofreram **condenação criminal**, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a Comissão de Valores Mobiliários ou condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos indicados e:

a. Administradores da TELEBRAS:

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau.

b. (i) administradores da TELEBRAS e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da TELEBRAS:

Não há relação.

c. (i) administradores da TELEBRAS ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da TELEBRAS:

Não há relação.

d. (i) administradores da TELEBRAS e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da TELEBRAS:

Não há relação.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e:

a. Sociedade controlada, direta ou indireta, pela TELEBRAS:

Não tem relação de subordinação, prestação de serviço ou controle com sociedade controlada, direta ou indireta, pela Telebras.

b. Controlador direto ou indireto da TELEBRAS.

Conselho de Administração

Conselheiro - Maximiliano Salvadori Martinhão

Pessoa Relacionada: Ministério da Ciencia, Tecnologia, Inovações e Comunicações-MCTIC

CNPJ: 00.394.437/0003-19

Cargo/Função: Secretário de Política de Informação

Tipo de Relação com a Pessoa Relacionada: Subordinação

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlador Direto

Conselheiro – Andre Müller Borges

Pessoa Relacionada: Ministério da Ciencia, Tecnologia, Inovações e Comunicações-MCTIC

CNPJ: 00.394.437/0003-19

Cargo/Função: Assessor Especial do Ministro da Ciencia, Tecnologia, Inovações e Comunicações-MCTIC

Tipo de Relação com a Pessoa Relacionada: Subordinação

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlador Direto

Conselheiro – Renato Rodrigues Vieira

Pessoa Relacionada: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

CNPJ: 00.489.828/0003-17

Cargo/Função: Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República

Tipo de Relação com a Pessoa Relacionada: Subordinação

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlador Direto

Conselho Fiscal

Membro Titular - Carlos Roberto Fortner

Pessoa Relacionada: Ministério da Ciencia, Tecnologia, Inovações e Comunicações-MCTIC

CNPJ: 00.394.437/0003-19

Cargo/Função: Diretor Financeiro da CnPQ

Tipo de Relação com a Pessoa Relacionada: Subordinação

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlador Direto

Membro Titular - Engels Augusto Moniz

Pessoa Relacionada: Ministério da Ciencia, Tecnologia, Inovações e Comunicações-MCTIC

CNPJ: 00.394.437/0003-19

Cargo/Função: Assessor Especial do Ministro da Ciencia, Tecnologia, Inovações e Comunicações-MCTIC

Tipo de Relação com a Pessoa Relacionada: Subordinação

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlador Direto

Membro Titular - Márcia Ribeiro Abreu

Pessoa Relacionada: Ministério da Fazenda

CNPJ: 00.394.460/0001-41

Cargo/Função: Gerente de Projeto na Coordenação-Geral de Participação Societárias

Tipo de Relação com a Pessoa Relacionada: Subordinação

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlador Direto

Membro Suplente - Paulo Roberto Pertusi

Pessoa Relacionada: Ministério da Ciencia, Tecnologia, Inovações e Comunicações-MCTIC

CNPJ: 00.394.437/0003-19

Cargo/Função: Subsecretaria de Coordenação de Unidades de Pesquisas

Tipo de Relação com a Pessoa Relacionada: Subordinação

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlador Direto

Membro Suplente - Tiago Sbardelotto

CPF: 911.608.121-87

Pessoa Relacionada: Ministério da Fazenda

CNPJ: 00.394.460/0001-41

Cargo/Função Gerente de Projetos na Gerência de Análise Econômica e Cenários - GEPEC/COGEP do Tesouro Nacional.

Tipo de Relação com a Pessoa Relacionada: Subordinação

Tipo de Pessoa Relacionada: Controlador Direto

c. Caso seja relevante, informar tais relações com fornecedor, cliente, devedor ou credor da TELEBRAS, de suas controladas ou controladoras ou de controladas de alguma dessas pessoas:

Não tem relação com fornecedores, clientes devedores ou credores da Telebrás, de suas controladas ou controladoras ou de controladas de alguma dessas pessoas.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS - ITEM 5

5.a. Fixação da Remuneração dos Administradores e Conselho Fiscal

Senhores Acionistas,

Assunto: Remuneração dos Administradores e Conselheiros (art.12 ICVM 481/09)

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – 26 DE ABRIL DE 2016.

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO GLOBAL ANUAL FIXA E VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES E CONSELHO FISCAL PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A DATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2016 E A DATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO ANO DE 2017:

R\$ 4.860.422,17 (quatro milhões, oitocentos e sessenta mil, quatrocentos e vinte e dois reais e dezessete centavos).

DISCRIMINAÇÃO (Período de abril/2017 a março/2018)	DIRETORIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	TOTAL
HONORÁRIOS	1.733.127,12	375.510,88	234.694,30	2.343.332,30
BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS	747.422,96	18.775,54	11.734,71	777.933,21
OUTROS (REMUNERAÇÃO COMPENSATÓRIA/ QUARENTENA)	1.077.920,52	NA	NA	1.077.920,52
ENCARGOS	539.195,10	75.102,18	46.938,86	661.236,14
TOTAL	4.097.665,70	469.388,60	293.367,87	4.860.422,17

Remuneração dos Administradores

Item 13 do Anexo nº. 24 da Instrução CVM nº. 480/2009 Em cumprimento à disposição do art. 12, da Instrução CVM nº. 481, de 17 de dezembro de 2009, a Companhia presta as informações relativas ao item 13 do Formulário de Referência, que corresponde ao anexo nº. 24, da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009. A Companhia possui um Conselho de Administração composto de 8 (oito) membros, uma Diretoria-Executiva, composta do Presidente e de até 4 (quatro) Diretores. Possui também um Conselho Fiscal, de caráter permanente, composto de 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) suplentes. Um dos membros do Conselho de Administração integra a Diretoria-Executiva.

13. Remuneração dos Administradores

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, encaminha a planilha contendo a discriminação das parcelas que compõem a remuneração dos Administradores (Diretoria e Conselho de Administração) desta empresa, remetida à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, com vistas a subsidiar a decisão do acionista majoritário por ocasião da realização da Assembleia Geral de Acionistas.

a) Objetivos da política ou prática de remuneração:

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

b) Composição da remuneração:

O DEST sugeriu ao acionista majoritário a seguinte composição de remuneração, para o período de abril de 2016 a março de 2017:

Honorários;

Gratificação Natalina;

Adicional de Férias;

Remuneração Compensatória (Quarentena);

Indenização de Transferência (diretriz 243);

Auxílio Alimentação;

Auxílio Moradia;

Seguro de Vida em Grupo;

Plano de Saúde;

Previdência Complementar

FGTS;

INSS – Patronal.

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Honorários: retribuição mensal;

Gratificação Natalina: honorário extra a ser concedido 1 (uma) vez ao ano aos dirigentes;

Adicional de Férias: parcela correspondente a 1/3 do honorário a ser concedido aos dirigentes por ocasião de férias ou no mês de março ainda que o dirigente não usufrua do benefício no período aquisitivo evitando a manutenção de saldo para o exercício seguinte;

Remuneração Compensatória (Quarentena): valor correspondente a 6(seis) retribuições mensais de honorário de dirigente, conforme previsto na Lei nº 12.813, art. 6º, inciso II, de 16 de maio de 2013;

Ajuda de Custo: é a importância paga para indenizar despesas de viagem, mudança, instalação e outros gastos não previstos nos itens 4.04 e 4.05 da Diretriz nº 243, por ocasião do deslocamento para localidade onde prestará serviços e quando do retorno à localidade de origem;

Despesas de Transportes: são aquelas relativas ao fornecimento de passagens aéreas, rodoviárias ou ferroviárias, bem como fretes e carretos para remoção de bagagens, móveis e utensílios e até 2(dois) veículos, por ocasião do deslocamento para a localidade onde prestará serviços e quando do retorno à localidade de origem, abrangendo as pessoas da família;

Auxílio Alimentação: parcela indenizatória e de natureza não salarial, o vale-alimentação/refeição será utilizado para ressarcimento de despesas com aquisição de refeições e alimentos;

Auxílio Moradia: parcela indenizatória a ser concedida em conformidade com o Decreto nº 3.255, de 19.11.1999;

Seguro de Vida em Grupo: parcela destinada a cobertura de 50%(cinquenta por cento) do valor do prêmio de seguro de vida em grupo;

Plano de Saúde: parcelas destinadas a reembolso com despesas para o tratamento de saúde;

Previdência Complementar: é um benefício opcional, que proporciona ao dirigentes e Conselheiros garantir uma renda futura;

FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço): importância creditada na conta vinculada do dirigente. O benefício do FGTS é obrigatoriamente estendido aos dirigentes, conforme Decreto nº 99.684, de 8.11.1990;

INSS - Patronal: valor calculado sobre os honorários dos dirigentes e conselheiros, gratificação natalina e adicional constitucional de férias (1/3 da remuneração) e que a empresa recolhe para a previdência.

NOTA: Os honorários dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal são fixados em 10% (dez por cento) da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva. A base de cálculo da remuneração média dos dirigentes inclui apenas os honorários.

ii. Proporção de cada elemento na remuneração total

- Honorários: 35,63%
- Gratificação Natalina: 2,97%
- Adicional de Férias: 0,99%
- Remuneração Compensatória (Quarentena): 22,57%
- Indenização de Transferência (diretriz 243): 5,94%
- Auxílio Alimentação: 0,78%
- Auxílio Moradia: 1,78%
- Seguro de Vida em Grupo: 0,09%
- Plano de Saúde: 1,04%
- Previdência Complementar: 1,78 %
- FGTS: 3,17%
- INSS – Patronal (Dirigente): 7,92%
- Honorários do Conselho de Administração: 7,72%
- INSS Patronal do Conselho de Administração: 1,54%
- Previdência Complementar: 0,39%
- Honorários do Conselho Fiscal: 4,82%
- INSS Patronal do Conselho Fiscal: 1,28%
- Previdência Complementar: 0,00

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por meio da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, em cumprimento ao disposto na alínea “h”, do inciso IV, do art. 6º, do Anexo I do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por meio da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, em cumprimento ao disposto na alínea “h”, do inciso IV, do art. 6º, do Anexo I do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por meio da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, em cumprimento ao disposto na alínea “h”, do inciso IV, do art. 6º, do Anexo I do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por meio da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, em cumprimento ao disposto na alínea “h”, do inciso IV, do art. 6º, do Anexo I do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo;

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por meio da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, em cumprimento ao disposto na alínea “h”, do inciso IV, do art. 6º, do Anexo I do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012.

f) existência de remuneração suportada por controladas, controladas ou controladores diretos ou indiretos;

Não aplicável

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia;

Não aplicável

13.2. Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Posição em 31/12/2016	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8	4	5	17
Remuneração fixa anual \$	375.510,72	1.733.127,12	234.694,20	2.343.332,04
Salário / pró-labore	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios diretos e indiretos	N/A	747.423,03	N/A	747.423,03
Participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A

Outros (Remuneração Compensatória/ Quarentena)	N/A	1.077.920,52	N/A	1.077.920,52
Remuneração variável	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (ILP)	N/A	N/A	N/A	N/A
Encargos	93.877,30	539.195,11	62.385,14	695.457,55
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessão do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total Geral	469.388,02	4.097.665,78	297.079,34	4.864.133,14

Posição em 31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8	4	5	17
Remuneração fixa anual \$				
Salário / pró-labore	355.565,82	1.570.302,00	242.519,91	2.168.387,73
Benefícios diretos e indiretos	N/A	285.131,10	N/A	285.131,10
Participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (Remuneração Compensatória/ Quarentena)	N/A	232.492,68	N/A	232.492,68
Remuneração variável	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (ILP)	N/A	N/A	N/A	N/A
Encargos	51.895,06	493.923,74	43.876,28	589.695,08
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A

Benefícios pela cessão do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total Geral	407.460,88	2.581.849,52	286.396,19	3.275.706,59

Posição em 31/12/2014	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8	3	5	16
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário / pró-labore	345.416,41	1.219.848,83	215.885,25	1.781.150,49
Benefícios diretos e indiretos	N/A	362.144,24	N/A	362.144,24
Participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (Remuneração Compensatória/ Quarentena)	N/A	178.139,40	N/A	178.139,40
Remuneração variável	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (ILP)	N/A	N/A	N/A	N/A
Encargos	43.615,80	268.395,78	18.148,24	330.159,82
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessão do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total Geral	389.032,21	2.028.528,25	234.033,49	2.651.593,95

Prevista para o Exercício Social 2017 - 2018	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8	4	5	17
Remuneração fixa anual (em R\$)	375.510,72	1.733.127,12	234.694,20	2.343.332,04
Salário / pró-labore	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios diretos e indiretos	N/A	747.423,03	N/A	747.423,03
Participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (Remuneração Compensatória/ Quarentena)	N/A	1.077.920,52	N/A	1.077.920,52
Remuneração variável	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (ILP)	N/A	N/A	N/A	N/A
Encargos	93.877,30	539.195,11	62.385,14	695.457,55
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessão do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total Geral	469.388,02	4.097.665,78	297.079,34	4.864.133,14

13.3. Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não há remuneração variável.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não há plano de remuneração baseado em ações.

13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

ORGÃO	ON	PN
CA	100	26.600
CF	5	88.005
DIRETORIA	-	-

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária: a) órgão; b) número de membros; c) em relação a cada outorga de opções de compra de ações; (i) a data de outorga; (ii) quantidade de opções outorgadas; (iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis; (iv) prazo máximo para exercício das opções; (v) prazo de restrição à transferência das ações; (vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: (I) em aberto no início do exercício social; (II) perdidas durante o exercício social; (III) exercidas durante o exercício social; (IV) expiradas durante o exercício social; d) valor justo das opções na data de outorga; e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas:

Não há remuneração baseada em ações.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social: a) órgão; b) número de membros; c) em relação às opções não exercíveis; (i) quantidade; (ii) data que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) prazo médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; e d) em relação às opções exercíveis; (i) quantidade; (ii) prazo máximo para exercício das opções; (iii) prazo de restrição à transferência das ações; (iv) preço médio ponderado de exercício; (v) valor justo das opções no último dia do exercício social; (vi) valor justo do total das opções no último dia do exercício social:

Não há opções.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais: a) órgão; b) número de membros; c) em relação às opções exercidas: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de exercício; e (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; e d) em relação às ações entregues informar: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de aquisição; e (iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas:

Não há opções exercidas e nem ações entregues.

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções), indicando: a) modelo de precificação; b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado; e d) forma de determinação da volatilidade esperada; (e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

Não há informações para a compreensão dos dados mencionados, em vista desses dados não existirem.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

A partir de abril de 2016 haverá planos de previdência complementar para os Dirigentes e os Conselheiros.

13.11. Conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal em relação aos 3 últimos exercícios sociais:

ÓRGÃO	EXERCÍCIO 2016 (REALIZADO)			
	QUANT.	Valor da maior remuneração individual (anual)	Valor da menor remuneração individual (anual)	Valor médio de remuneração individual (anual)
DIRETORIA	4	889.617,65	889.617,65	889.617,65
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	8	46.938,84	46.938,84	46.938,84
CONSELHO FISCAL	5	46.938,84	46.938,84	46.938,84

ÓRGÃO	EXERCÍCIO 2015 (REALIZADO)			
	QUANT.	Valor da maior remuneração individual (anual)	Valor da menor remuneração individual (anual)	Valor médio de remuneração individual (anual)
DIRETORIA	4	541.158,30	345.822,60	443.490,45
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	8	46.938,84	46.938,84	46.938,84
CONSELHO FISCAL	5	46.938,84	46.938,84	46.938,84

ÓRGÃO	EXERCÍCIO 2014 (REALIZADO)			
	QUANT.	Valor da maior remuneração individual (anual)	Valor da menor remuneração individual (anual)	Valor médio de remuneração individual (anual)
DIRETORIA	3	519.904,87	473.526,58	496.715,73
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	8	43.811,64	43.811,64	43.811,64
CONSELHO FISCAL	5	43.811,64	43.811,64	43.811,64

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Conselho de Administração	62,50%	48,62%	52,78%
Diretoria	100,00%	100,00%	100,00%
Conselho Fiscal	60,00%	56,45%	55,34%

13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15. Valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do

conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não há valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

13.16. Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Nada a acrescentar.

Brasília, 22 de março de 2017

ANTONIO KLINGER LOSS LEITE
Presidente e *Diretor de Relações com Investidores*